

**A VALORAÇÃO DO BILINGUISMO COMO FERRAMENTA DE  
INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA, EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**LA VALORACIÓN DEL BILINGUE COMO HERRAMIENTA PARA LA  
INTEGRACIÓN FRONTERIZA EN TIEMPOS DE PANDEMIA**

Eva Terezinha Ferreira Jornada<sup>1</sup>  
Muriel Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como tema: A valoração do bilinguismo como ferramenta de integração fronteiriça, em tempos de pandemia. O objetivo desse é analisar os programas governamentais bilingues, que já foram implementados pontuando quais existem, na atualidade, em instituições públicas. Justifica-se pelo fato histórico, que as famílias de Santo Tomé vieram ao atravessarem o rio Uruguai, oriunda da Redução de Santo Tomé à fundação da Redução de São Francisco de Borja, já utilizando, na oralidade esse bilinguismo. A metodologia desse estudo será por meio da pesquisa bibliográfica, qualitativa e metodologia da abordagem argumentativa. Pretende-se manter um diálogo sobre como resolver o seguinte problema: Como a falta de conhecimento bilingue afeta as competências emocionais, dos discentes, nas instituições públicas, no Ensino Fundamental, são-borjense? No cenário educacional, pretende-se disseminar mais essas práticas de linguagens nas relações com outras línguas por meio de oralidade fronteiriça. Com vieses de contexto histórico, cultural... Porque antigamente a linguagem utilizada era o *guarani* ou o *espanhol* até então. Observa-se uma ineficiência em explanar a trajetória da historicidade, sobre a formação étnica, linguística, cultural, política e religiosa numa linguagem coesa, mas de acordo com a faixa etária dos (as) discentes. No antepassado, nas práticas cotidianas de arquitetura, escultura, arte, saberes, cânticos, práticas de domas, artesanato, olaria, ou seja em todo momento a língua bilingue era utilizada na comunicação reducional. A partir da integração do povo originário *guarani* e jesuítas *espanhóis*, após ao Tratado de Madri, em 1750 esse território local passou a fazer parte de colonizadores portugueses. O idioma português passa a ser utilizado após a guerra Guaranítica e litígios fronteiriços, pelo fato deles apropriaram-se dessa região. Com a decadência da cultura jesuíta da Redução de São Francisco de Borja, imposta aos originários ambos tiveram de fazer a transmigração política civilizadamente.

**Palavras-Chave:** Bilinguismo; Fronteira; Intituições

**Resumen:** Este artículo tiene como tema: La valoración del bilingue como herramienta para la integración fronteriza en tiempos de pandemia. El objetivo de esto es analizar los programas gubernamentales bilingues, que ya se han implementado, señalando que actualmente existen en las instituciones públicas. Se justifica por el hecho histórico, que las familias de Santo Tomé llegaron cuando cruzaron el río Uruguay, desde la Reducción de Santo Tomé hasta la fundación de la Reducción de San Francisco de Borja, ya utilizando, en la oralidad este bilingue. La metodología de este estudio será a través de la investigación bibliográfica, cualitativa y metodología del enfoque argumentativo. Se pretende mantener un diálogo sobre cómo resolver el siguiente problema: ¿Cómo afecta la falta de conocimientos bilingues a las habilidades emocionales de los estudiantes de las instituciones públicas de la escuela primaria, são-borjense? En el escenario educativo, se pretende difundir más estas prácticas lingüísticas en las relaciones con otras lenguas a través del oralidad fronteriza. Con sesgos de contexto histórico, cultural... Porque en el pasado el idioma utilizado era guaraní o español hasta entonces. Existe una ineficiencia en la explicación de la trayectoria de la historicidad, en la formación étnica, lingüística, cultural, política y religiosa en un lenguaje cohesionado, pero según el grupo de edad de los estudiantes. En el ancestro, en las prácticas cotidianas de la

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Públicas pela UNIPAMPA, campus São Borja. Pesquisa sobre Políticas Públicas Educacionais e a valoração de o Bilinguismo e a Interculturalidade da zona fronteiriça de as cidades gêmeas São Borja e Santo Tomé. E-mail: evaferrj@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela UFRGS (2015). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul RS (UNISC). Licenciado em Geografia pela (URI) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo/RS (2007). E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br

arquitectura, la escultura, el arte, el conocimiento, las canciones, las prácticas de domas, artesanías, cerámica, es decir, en todo momento el lenguaje bilingüe se utilizaba en la comunicación reduccional. A partir de la integración del pueblo guaraní original y los jesuitas españoles, después del Tratado de Madrid, en 1750 este territorio local pasó a formar parte de los colonizadores portugueses. El idioma portugués se utiliza ahora después de la guerra guaraníca y las disputas fronterizas, porque se apropiaron de esta región. Con el declive de la cultura jesuita de la Reducción de San Francisco de Borja, impuesto a los originales ambos tuvieron que hacer civilizada la transmigración política.

**Palabras clave:** Bilinguismo; Frontera; Instituciones

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a pandemia do Covid-19 está mudando o comportamento mundial, tanto do global ao local e deve continuar a remodelar a sociedade exigindo, que as restrições impostas pelo distanciamento social sejam cumpridas, enquanto for ordenada pelo governo, como medida preventiva. Compreende-se que nenhum ser humano não passará ileso a esse processo e deve intensificar-se em um futuro próximo, porém muitas pessoas farão uso mais flexível da tecnologia. Nesses tempos difíceis de crise sanitária procura-se um espaço de tempo para uma reflexão a partir da realização de uma análise do redesenho de política educacional fronteiriça sobre o bilinguismo como fomento de educação de as cidades gêmeas São Borja/ Brasil e Santo Tomé/ Argentina, buscando-se a legitimação constitucional nessa discursividade e embasamento no direito constitucional e internacional, conforme Tratados do Mercosul e a Portaria Nº - 125, DE 21 DE MARÇO DE 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Enquanto, medita-se sobre a produção cultural desse artigo, atualmente, muitos discentes, docentes, gestores, diferentes atores de instituições públicas ou privadas, pais e outras pessoas da sociedade civil estão graças a novas abordagens pedagógicas fazendo o uso da tecnologia também nesse espaço geográfico fronteiriço.

Senbiliza-se com esse tempo de grandes dificuldades tanto na área da saúde, da economia, da segurança, da educação, da cultura, da política entre outros segmentos setoriais da sociedade, entretanto pesquisadores devem continuar firmes com o anseio de buscar respostas às suas indagações. Antes de iniciar-se esse compreende-se a importância de documentar-se esse registro coloquial, com um olhar social e humanístico de corroborar-se descrevendo os acontecimentos, de fatos vivenciados nesse momentos à história. Com a finalidade de realizar-se a fim de registros históricos a experiência do distanciamento social atrelada ao medo pandemico, ao perceber-se que houve a invasão de um vírus, invisível, quase

letal na sociedade mundial: Covid-19, por isso pontua-se essa vivência da realidade atual, local e fronteiriça, em tempo real à posteridade.

No entanto, o tema deste referido artigo é: A valoração do bilinguismo como ferramentas de integração fronteiriça, em tempos de pandemia. Pretende-se nesse manter um diálogo sobre como resolver o seguinte problema: Como a falta de conhecimento bilingue afeta as competências emocionais, dos discentes, das instituições públicas, das cidades gêmeas São Borja e São Tomé, dos Anos Iniciais aos Finais, do Ensino Fundamental? Segundo Secci, 2015: "Uma política pública é uma diretriz projetada para resolver um problema público". Será realizado através de uma investigação descritiva, utilizando a metodologia indutiva através do método de abordagem argumentativa. Compreende-se que esse problema é causado pelo desconhecimento da real relevância da utilização da segunda língua, o Espanhol, desde os Anos Iniciais. É perceptível que há uma dificuldade de entendimento da importância do espanhol, por falta de ações estratégicas, que contemplem além da língua materna a discursividade sobre o registro coloquial do Espanhol.

Salienta-se como objetivo analisar as políticas públicas educacionais, que já foram implementadas e pontuar o que existe atualmente na municipalidade são-borjense, para mitigar esse problema. Uma vez que são os alunos das escolas municipais e estaduais, principalmente são-borjense, que estão sendo afetados, na zona fronteiriça. Pois devido as desigualdades sociais as crianças e os jovens não podem realizar um curso de idiomas, por falta de recursos financeiros. Cabe à escola pública proporcionar esses conhecimentos idiomáticos por meio de ações de políticas públicas. O objeto do estudo é tentar realizar uma contextualização histórica e alimentar um diálogo, com os discentes e docentes que não tem ainda esse conhecimento prévio inserido em sua bagagem emocional, empírica e científica. A comunidade escolar necessita saber reconhecer, que as famílias de Santo Tomé, os povos originários *guaranis* e os padres jesuítas espanhóis, vieram fundar um dos Sete Povos Missionários. Os autores Rodrigues, Pinto e Colvero ( 2013, p. 3) afirmam: "As reduções Jesuítico-Guarani eram chamadas de Povos, de Missões ou de Reduções". Sendo que um desses povos reducionais que surgiu foi a fundação de a Redução de São Francisco de Borja. Rodrigues (1982, p. 7) argumentou: "Surgiria, então, naquelas paragens, uma das mais perfeitas organizações agrícolas que jamais florescera no período colonial da América".

No cenário educacional, pretende-se disseminar mais essas práticas educacionais de contexto histórico, geográfico, político, cultural e da formação local desta cidade. Os autores

Rodrigues, Pinto e Colvero ( 2013, p. 3) salientaram a esse respeito que: “ No século XVII, uma parte da América Latina era de domínio dos espanhóis, e outra dos portugueses”. Por este fato histórico é que, antigamente a linguagem utilizada era o *guarani* ou o *espanhol* até então, nesse território. Visto, que há uma ineficiência de materiais didáticos impressos, que contemplem uma explanação da trajetória da historicidade, sobre a formação étnica, linguística, cultural, política e religiosa percorrida numa linguagem, simples, coesa, mas de acordo com a faixa etária dos (as) discentes. Urge pautar o pensamento global, ao local, dessa integração regional inicial. Porque, uma das justificativas para centrar-se nessa pesquisa é a de narrar os acontecimentos anteriores a esses tempos de contemporaneidade. Pois, foi a partir dessa discussão levantada no passado por historiadores, geógrafos, sociólogos e linguistas, que houve a possibilidade de nos dias recentes, por meio midiático reestudar essa temática. É muito instigante para todas às pessoas, da sociedade são-borjense.

Porque urge a necessidade de resgatar-se essas práticas cotidianas linguísticas e saberes que utilizavam-se para comunicar-se no período reducional. Ou seja, essas linguagens eram realizadas pelos antepassados, que viveram neste habitat, cercado de matas, serras, várzeas, coxilhas cortadas pela água do rio Uruguai. Defende-se o uso do Espanhol, nos dias atuais, nas instituições públicas como uma opção de segunda língua. Logo, é importante defender esse idioma, que já estava enraizado na memória linguística dos abnados filhos de Loyola, isto é, os padres jesuítas espanhóis, que vieram há mais de três séculos a mando da Coroa Espanhola impor a fé cristã aos povos originários. Nesse registra-se a relevância dessa temática como um fomento de educação, na atualidade. Trata-se de alimentar a ideia de que a língua materna brasileira, a Língua Portuguesa e a segunda língua o Espanhol e as respectivas interculturalidades são recursos imprescindíveis à valorização do patrimônio cultural imaterial, de zona fronteira. Sendo que a pretensão deste artigo é inserir-se na Linha de Pesquisa: Configurações Institucionais e dinâmicas sociais em área de fronteira.

Portanto, logo após o Tratado de Madri, que ocorreu em 1750 outra linguagem passou a ser inserida nessas terras fronteiriças, que é o português. Os autores Rodrigues, Pinto e Colvero ( 2013, p. 4) corroboraram e explicaram que o Tratado de Madri estabeleceu novos limites entre as terras de Portugal e da Espanha na América.” O acordo determinava que a Colônia do Sacramento, povoação portuguesa, no rio do Prata, seria passada à Espanha. Em troca, passariam para Portugal os Sete Povos das Missões, localizados, no Brasil”. Conseqüentemente, surgindo daí a necessidade de aprender o português. No entanto, há

registros de que houve dificuldades de aceitabilidade dessa decisão dos reis, por isso ocorreu a guerra guaranítica:

Após o Tratado de Madri houve um conflito militar, denominado de Guerra Guaranítica, onde os índios das Reduções Missionárias se uniram para enfrentar os exércitos conjuntos de Portugal e de Espanha em busca da soberania e da manutenção de suas reduções, pois eram contra o acordado no Tratado de Madri. Foi uma série de batalhas, onde em uma delas foi morto o famoso cacique Sepé Tiaraju, em 1756. Sepé é considerado herói *Guarani* missioneiro rio-grandense pela Lei 12.032/99. Os índios missioneiros perderam a guerra e os jesuítas foram expulsos das Missões. Cabe destacar que a Redução de São Francisco de Borja não participou das batalhas da Guerra Guaranítica, e sim aceitou pacificamente a intervenção e fez sua transmigração política civilizadamente (RODRIGUES, PINTO, COLVERO, 2013,p.5).

A fim de obter-se uma melhor compreensão do tema procurar-se-á embasar-se teoricamente o artigo, em alguns autores, a fim de adquirir-se um entendimento de alguns conceitos, partindo-se primeiramente de entender o conceito de política pública. Segundo a autora Souza (2006, p.5): “Dye sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Laswell argumenta que as “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha, o quê, por que e que diferença faz”. Segundo Secci, 2015: “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. O artigo 210, da Constituição Federal de 1988, trata sobre línguas:” Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Nesse referido artigo afirma que: “O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa, assegurada as comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Portanto, como mestrandia em Políticas Públicas, espera-se que as políticas públicas educacionais e culturais viabilizem um progresso no processo ensino aprendizagem de linguagens. Constata-se para que possa haver uma melhoria educacional é importante observar-se como está atualmente constituída as políticas públicas educacionais das municipalidades fronteiriças e principalmente a são-borjense. Para isso é necessário verificar-se se os docentes estão aplicando a intervenção pedagógica diária de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental. No PCN (1997, p. 43) lê-se que: “A pesquisa sobre a língua escrita chegou ao Brasil em meados dos anos 80, revolucionando o ensino da língua nas séries iniciais, provocando uma revisão do tratamento dado ao ensino e à aprendizagem em outras áreas do conhecimento”.

Em relação a utilização da metodologia será feita uma pesquisa qualitativa. Cujas metodologias utilizadas para realização desse artigo é a indutiva, porque parte da realidade para construir dados concretos. Enquanto o método (procedimentos e etapas) utilizar-se-á nesse a abordagem argumentativa. Também a pesquisa será de natureza quanti e qualitativa, para Richard (apud OLIVEIRA, 2011, p.25): “a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades da coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Já a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (TRIVINOS apud OLIVEIRA, 2011, p. 24). Esse artigo terá os seguintes elementos constitutivos: resumo, introdução e na primeira seção será abordado Conceito sobre Política Linguística; na segunda irá retratar As Políticas Públicas Educacionais, na atualidade, em São Borja, na terceira Um Diálogo sobre o Ciclo Políticas Públicas e na quarta seção: Uma Análise Descritiva, indutiva e participativa das Políticas Educacionais. Finalizando com as Considerações Finais e as Referências. Assim, a finalidade para o término desse é que ao pesquisar-se, analisar-se, descrever-se e digitalizar-se os dados de fontes históricas, para enriquecer este, seja realizado numa linguagem discursiva, coerente, coesa, objetiva, científica e argumentativa.

## CONCEITOS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Para fins de recorte espacial, percebe-se que o Brasil e a Argentina, após o Tratado de Assunção, em 1991, com a criação do MERCOSUL, continuaram estreitando as suas relações internacionais exercendo influências em virtude de suas aptidões de governabilidade<sup>3</sup> política sobre limites fronteiriços. Esclarece a autora Elvira Narvaja de Arnoux (2011) que por um lado, o Tratado de Assunção enfatizava apenas os aspectos comerciais da união. Enquanto, o Tratado Constitutivo da União de Nações da América do Sul (UNASUL), assinado em 2008, integra já aspectos linguísticos e culturais, declarando o caráter plurilíngue das nações que a integram e definindo quatro línguas oficiais: o castelhano, o inglês, o português e o neerlandês.

Verifica-se que poucos são os documentos elaborados no âmbito das línguas do Mercosul: O Protocolo de intenções (13 de dezembro de 1991), no artigo 4º demonstra o interesse de difundir as línguas oficiais do Mercosul por intermédio dos Sistemas Educacionais.

---

<sup>3</sup> Governabilidade: Controle, por alguns meios, de modo que um conjunto de resultados seja obtido.

Constata-se a existência do Plano Trienal para o setor educacional no contexto do Mercosul, aprovado na primeira reunião dos Ministros de Educação, em 1992, modificado e prorrogado por três anos em 10 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro No qual se define a atividade do Comitê coordenador regional, o qual aborda a qualidade das políticas educacionais da região.

Ainda na Revista Política e Planificação Linguística (2012) faz menção de lembrar os trabalhos sobre os censos linguísticos e diagnósticos sociolinguísticos desenvolvidos pelo GTPL (Grupo de Trabalho sobre Política Linguística) no âmbito do Mercosul, com especial atenção para a questão da definição das línguas oficiais do Bloco. Bem como a formação linguística dos professores de português e espanhol como primeiras e segundas línguas e até como línguas estrangeiras. A autora Arnoux afirma:

Muitos dos seus objetivos específicos exigem para sua implementação a consideração de aspectos glotopolíticos: o acesso universal à educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos; a consolidação de uma identidade da América do Sul; o propósito de alcançar uma cidadania da América do Sul; a participação plena da cidadania no processo da integração e da união da América do Sul; a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica; e a promoção da diversidade cultural ( ARNOUX, 2011, p. 59).

Sensibiliza-se ao notar-se que a população de ambas as municipalidades, até mesmo por causa da mobilidade espacial, dissemina informações por meio de rede ou de integração, utilizando-se do entendimento idiomático e de práticas culturais e sociais, que os seus povos originários *guaranis* preservaram seu idioma materno e aprenderam com os seus colonizadores espanhóis uma outra língua ofertada na época o espanhol, quando da fundação de reduções missionárias nesses territórios. Sugere Calvet, 2007: p.12 que: “A política linguística é inseparável de sua aplicação”, isto é, quando Estados definem uma política linguística, faz-se necessário, também, definir as ações que podem ser alimentadas na pauta geral, das discussões governamentais, que permitirão a efetivação de tal política. Desse modo, São Borja e Santo Tomé são cidades gêmeas<sup>4</sup> podem utilizar-se do bilinguismo em suas escolas

---

<sup>4</sup> Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005), as cidades-gêmeas são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços, que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional, quanto divergentes, oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras, motivo pelo qual se justifica a definição estratégica de políticas públicas focalizadas. Conforme Decreto 8.636/2016 Portaria nº125, de 21/03/2014, no Art. 1º - Serão considerados cidades-gêmeas, os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação com uma localidade do país vizinho. Assim como manifestações condensadas

fronteiriças. Por isso é legítima e constitucional essa oportunidade de partilhar língua, intercâmbios, interculturalidade e a história da localidade. Porque permite que as pessoas distingam uma língua materna de seu país entre as outras, com a vantagem adicional de facilitar a compreensão textual e oral, a cooperação, a empatia e a proteção patrimonial desse bem imaterial.

O autor Calvet entende por política linguística “um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão. Segundo a Emenda Constitucional<sup>5</sup>, que acrescenta ao artigo 215 da CF/88 instituindo o Plano Nacional de Cultura, o qual pontua no parágrafo I, “defesa e valorização do patrimônio cultural” e II “produção de bens culturais” socializar e integrar esses conhecimentos de integração linguística é imprescindível. Calvet (2007:p. 157) afirma que “as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades”. Consequentemente é função da Política Linguística, enquanto área do conhecimento, clarear esses laços estreitos fronteiriços, pois o não-fazer em política também é um fazer político. É necessário ter respeito pela diversidade cultural, pelo bilinguismo e pelo plurilíngue para que consigam existir relações interculturais. Porque só existe a interculturalidade quando duas ou mais culturas interagem. Ou seja, pessoas brasileiras e argentinas trocam intercâmbios, saberes culturais e memórias linguísticas, que demonstrem atitude de respeito ao escutar a outra pessoa, que conta as suas histórias, as esperanças e as lembranças. Sacavino afirma que a interculturalidade é:

Fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencializada da sua constituição. Potencia os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais (SACAVINO, 2012).

Há autores que acreditam que a perspectiva intercultural é um caminho para desvelar os processos de de-colonialidade e construir espaços, conhecimentos, práticas que permitam a construção de sociedades distintas. Para Walsh, a interculturalidade é relevante, porque para o autor ela dá condições de as pessoas estreitarem os seus laços de relações interpessoais e

---

dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

<sup>5</sup> Emenda Constitucional nº 48 de 2005. Brasília, 10 de agosto 2005.



reconstruir com alteridade a sua própria vida, dando um sentido para ela e poder dialogar com o outro sempre respeitando a diversidade cultural:

mais do que um simples conceito de inter-relação, a interculturalidade assinala e significa processos de construção de conhecimentos ‘outros’, de uma prática política ‘outra’, de um poder social ‘outro’, e de uma sociedade ‘outra’, formas diferentes de pensar e atuar em relação e contra a modernidade/colonialidade, um paradigma que é pensado através da prática política (WALSH, 2006, p.21).

Logo, é sabido que a situação de política linguística e da interculturalidade podem imprimir na fala de uma região graus distintos de complexidade, gerando expressões híbridas, criações lexicais, sotaque marcado por influências de línguas vizinhas, sem contar a diversidade de situações que precisam ser levadas em conta, especialmente no sistema educacional das zonas de fronteira.

## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, NA ATUALIDADE, EM SÃO BORJA**

A fim de obter-se êxito na sala de aula, em língua portuguesa, é imprescindível respeitar a singularidade e o seu ritmo próprio, utilizando-se das exigências contidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Nele salienta a importância de alimentar o estabelecido em Lei, “visando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações de poder público”, esclarecendo dessa forma os objetivos de “erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino (CF/88, Art. 214).

O autor Cordioli (2011, p. 32) esclarece que a efetivação das políticas públicas de educação “envolve e depende do envolvimento de ações de diversos segmentos relacionados à educação. São produtos da interação entre ações governamentais e os diversos sujeitos educacionais”. Primeiramente, para amostragem de as tabelas abaixo, parte-se da pesquisa de estatística do Censo, coletada para demonstrar como estão constituídas as instituições de educação na municipalidade. Dessa forma, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul tem diversas coordenadorias, situadas em diferentes regiões e entre elas está a 35ª CRE a qual São Borja pertence. Bem como o município, atualmente conta com muitas instituições escolares, distribuídas da seguinte maneira.

CRE	São Borja	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
35ª		13	30	1	9	53

Censo Demográfico de 2017

Na segunda amostragem apresenta assim distribuídas nas esferas:

CRE	Depend. Administ.	creche	Pré Escola	EF	Ensino Médio	Ensino Médio Integrado	Educação Profissi.	Educ. Especial	EJA
35 <sup>a</sup>									
	Estadual	0	40	7,298	3,624	85	442	0	2,450
	Federal	0	0	0	61	154	321	0	29
	Municipal	1,674	2,346	6,291	29	0	0	0	96
	Particular	395	372	1,275	269	0	742	264	45

Censo Demográfico de 2017

Segundo estatísticas fornecidas pelo Relatórios<sup>6</sup> Dinâmicos Monitoramento de Indicadores “Do total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, em 2010, 85,52% frequentavam o Ensino Fundamental. O indicador apresenta melhoria crescente nos últimos anos, mas ainda é inaceitável ter crianças nesta idade fora da escola. Conforme IBGE, Censo Demográfico em 2017, em São Borja cidade situada na metade sul do Rio Grande do Sul averígua-se que entre alunos do Ensino Fundamental, 9,1% estão com idade superior à recomendada nos Anos Iniciais e 30,6% nos Anos Finais.

A defasagem chega a 33,2% entre os que alcançam o Ensino Médio. E muitos apresentam dificuldades de leitura, pois lendo e escrevendo o discente poderá melhorar sua capacidade linguística e de distinguir um idioma de outro. Por meio de sentimentos emocionais conforme exige a Base Nacional Comum Curricular, que já está em vigor. Para aprender um idioma novo terá de ter interesse, motivação, ideia de pertencimento, identificar-se com aquela memória linguística... Quanto mais do discente for a exigência maior será a chance que ele ou ela terá de aprender.

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê, que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos, que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto, que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos ( PCN”s, 2001, p. 45).

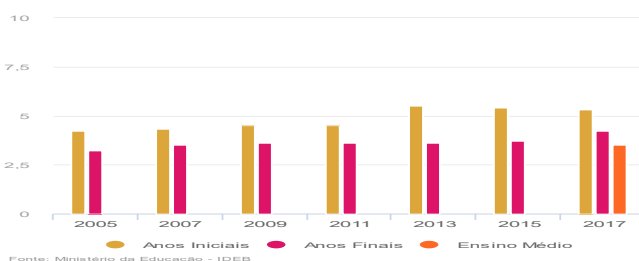
Na atualidade, urge a necessidade de melhoria de qualidade linguística emocional. Busca-se para sanar-se a problemática oferecer o bilinguismo. Como forma de ajudar rever os

<sup>6</sup> rd.portalods.com.br/relatórios

objetivos, refletindo sobre a prática pedagógica, preparando um planejamento idiomático bilingue a fim de orientar o trabalho em sala de aula.

Sabe-se que os educandos devem obter uma melhoria educacional, na escola, por meio de conhecimentos de políticas linguísticas e de interculturalidade entre outros, mas ainda se observa que há discentes que chegam no Terceiro Ano, das Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem estar alfabetizado. Há um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ou seja, é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, podendo variar de 0 a 10, que mostra que percentual está atualmente os educandos.

Conforme Relatórios Dinâmicos Monitoramento de Indicadores verifica-se que: “Este município, em 2017, está na 3.333ª posição, entre os 5.570 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos Anos Iniciais e na 3.163ª, no caso dos alunos dos Anos Finais, da Educação Básica. Quando analisado entre os 497 Municípios de seu Estado, São Borja está na 374ª posição nos anos iniciais e na 341ª, nos anos finais”. O IDEB Nacional, em 2017, foi de 5,5 para os Anos Iniciais em escolas públicas e de 4,4 para os Anos Finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 7,1 e 6,4. Em São Borja o resultado é o seguinte:



Surge uma nova alternativa para melhoria de qualidade educacional bilingue, visto que conforme Novo Referencial Curricular Gaúcho<sup>7</sup>: “No Ensino Fundamental, as competências emocionais incluem a leitura, a afetividade, a auto estima, o respeito ao outro, a empatia e a interpretação de textos variados (...) além disso, entre as principais propostas estão a de conhecer e analisar os diferentes povos que colonizaram o RGS em um trabalho integrado”.

<sup>7</sup> Retirado da Folha de São Borja, de quarta feira, 26 de setembro de 2018, p.10.

Visto que, se destaca na história de São Borja, a qual foi constituída, após a vinda de padres jesuítas espanhóis, que atravessaram o rio Uruguai, para catequizar os povos originários. Juntos, cooperaram para que houvesse a formação de uma redução missioneira, na banda oriental do rio Uruguai. Foi a partir desses contatos diários, que o idioma espanhol passou a ser utilizado na formação linguística cultural dos povos. Devido à importância da utilidade dessas políticas públicas, que se retorna nesse salientar que estima para o processo da política linguística fronteiriça. De acordo com o autor Pinto (2014, p.5): “É por esses motivos que a cidade é palco de muitos acontecimentos históricos, entre os quais determinados eventos transformaram as identidades e construíram o patrimônio da cultura local”. Surge daí a necessidade da integração fronteiriça para que haja mais desenvolvimento regional, cultural, educacional e econômico, na fronteira.

## **UM DIÁLOGO SOBRE O CICLO POLÍTICAS PÚBLICAS**

Sendo que, o desenho desse pode ser alimentado pelo viés do ciclo de políticas públicas o qual segundo Secchi (2013) é constituído pela Identificação do Problema; Formação da Agenda; Formulação de Alternativas; Tomada de Decisão; Implementação; Avaliação e Extinção. Para efetivação desse é relevante reconhecer o problema que é a inexistência de programas governais que contemplem as instituições públicas com o Bilinguismo. Na formação da agenda conta-se com os atores visíveis tais como os participantes do I Comitê de Integração Fronteiriça, a mídia, os políticos, os vereadores, os burocratas, os assessores e os prefeitos, demais membros da sociedade civil, enquanto alguns atores invisíveis tais como a mestrande e pesquisadora irá procurar meio de solucionar esse problema. Para a efetivação de tomada de decisões propõe-se uma análise diagnóstica discursiva para sanar a problemática da falta do reconhecimento da valorização linguística fronteiriça. A ideia seria de que os educandos das diversas modalidades de ensino pudessem ler, interpretar e traduzir textos ecléticos para conhecer melhor as práticas linguísticas e culturais idiomáticas utilizada nessa territorialidade fronteiriça. A Constituição Brasileira de 1988, diz em seu artigo 207 que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino e extensão.

Partindo-se a seguir para realizar-se a identificação das alternativas tais como: incentivar programas de extensão que facilitem o diálogo entre os centros de estudos linguísticos fronteiriços; capacitar educadores a fim de utilizarem instrumentos voltados a

formação de uma consciência histórica linguística, que preserve o bilinguismo, isto é, a língua; criar incentivos para a melhoria de desempenho educacional, por meio de pesquisa institucional, verificação de dados, proporcionar cursos de extensão ou programas junto as escolas municipais, estaduais, federais para ofertar oficinas de espanhol; desde os Anos Iniciais; instigar os Especialistas em Políticas Públicas para que sejam capazes de oferecer materiais midiáticos ou impresso sobre o bilingue como produto de patrimônio imaterial de interculturalidade. Além disso, sugere-se que sejam implementadas ações de ensino bilingue que contemplem os idiomas utilizados na zona fronteiriça de São Borja.

Porque por meio de intercâmbios fronteiriços os conhecimentos educacionais podem ser socializados entre as escolas de diferentes nacionalidades. Romanowski salienta (2012, p. 11): “as práticas sociais, entre elas a educativa, são eminentemente construções sociopolíticas e históricas”. Sugerir a criação de um Projeto, por parte do município, ou de outra esfera governamental, para que seja implementado a possibilidade de mobilidade de recursos de capital humano visando uma integração regional e uma interação cultural e educacional entre os dois povos.

Já, em anos anteriores, houve um intercâmbio entre professores argentinos e brasileiros que cambiavam saberes, vinham de Santo Tomé aplicar aulas de espanhol, enquanto iam professores de São Borja para lecionar português. Esse programa contemplava os seguintes educandários: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Escuela N° 484 Estados Unidos do Brasil e Escuela n° 554 Josefa Fernandes dos Santos e outras. Por meio do Programa Escolas Interculturais de Fronteira: (PEIF EMURUS S) em São Borja/ Santo Tomé/Corrientes baseados na interculturalidade e o bilinguismo. E as bases pedagógicas foram elaboradas pelo Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnologia de Argentina (MEEYT) e pelo Ministério de Educação (MEC) Brasil, já extinto nessa localidade há anos, por falta de recursos financeiros. Secci (2016, p.1) “As sociedades e os governos tomam boas e más decisões”. Uma boa decisão governamental é propiciar condições para que o discente valorize a sua língua materna, aprenda também a respeitar e apreciar o espanhol. Secci (2016, p.1) “Uma boa decisão pública é aquela embasada em informações e análises confiáveis, pautada em princípios socialmente aceitos e que traz os efeitos desejados para a melhoria do bem-estar coletivo”.

Assim, propiciar condições de melhoria nas habilidades linguísticas, dos discentes, para sanar essa falta de aprendizagem linguística, poderá ser contemplada a partir do bilingue regional propiciado pelo Mercosul ou pelas expectativas da Comissão de Educação, que se fez

presente no II Comitê de Integração Fronteiriça realizado em Santo Tomé, província de Corrientes, na Argentina, nesse mês de agosto.

## **UMA ANÁLISE DESCRITIVA, INDUTIVA E PARTICIPATIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Pontua-se após a identificação do problema público, realizar-se uma análise descritiva. SECCI (2016, p. 9): “A pesquisa de política pública tem como objetivo a construção teórica e utiliza métodos indutivos. Porque tais estudos estão focados no campo do conhecimento por meio de explicação e descrição dos conteúdos e dos atores que influenciam a política pública”. Após, a revisão da literatura e refletir muito é possível analisar e chegar ao seguinte entendimento que Secci explica (2016, p.2): “Uma análise de política pública depende de uma delimitação clara e precisa do problema público, de geração de alternativas tecnicamente consistentes, de projeção de custos e benefícios com a implementação”.

Como argumenta SECCI (2016, p.6): “O problema público é usualmente definido como a distância entre o status quo e uma situação ideal possível para a realidade pública”. O problema passou a ser percebido a partir dos resultados de os Indicadores de Monitoramento nos quais tem os resultados, e verifica-se que falta o bilinguismo. Sendo que essa questão é relacionada ao problema. SECCI argumenta (2016, p.6): “O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Problemas públicos e políticas públicas existem na área de educação”. Alguns acontecimentos deram ênfase para que fosse diagnosticado esse problema tal como o resultado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (*INEP*) o qual é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (*MEC*). Os docentes, nas escolas, comentam sobre a dificuldade que têm os discentes de ler corretamente e entender o que leem. Muitos pais explicam na comunidade escolar, quando participam das reuniões de pais e docentes, que os seus filhos apresentam dificuldades na leitura e na escrita.

O autor Secci (2016) esclarece que: “A finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição até mesmo a resolução do problema público”. SECCI (2016, p.7)” O campo da ciência social dedicado ao estudo de políticas públicas, problemas públicos, instrumentos, instituições e atores políticos é a ciência da política pública; conhecida na literatura internacional como *policy sciences*”. Segundo alguns professores e professoras que estavam presentes no I Comitê de Integração Fronteiriça dialogaram sobre esse problema, que é comum nas municipalidades fronteiriças. Percebe-se que há uma democracia participativa

nesse comitê, pois é constituído de diferentes segmentos da sociedade brasileira e argentina, tem legitimidade e constitucionalidade, porque cada ator contribui em alimentar esse diálogo nos diferentes comitês. Sendo que o foco em ênfase é o Comitê de Educação e Cultura.

Houve intensa campanha durante a constituinte de 1988, para que se acolhessem os institutos da democracia participativa. Três emendas populares foram propostas no sentido de incluir no texto os institutos da democracia popular, uma delas com 400.000 assinaturas. No primeiro turno, referendo, plebiscito, iniciativa popular e veto popular foram aprovados com 360 votos, 89 contrários e 12 abstenções. No segundo turno cairia o veto popular. (AFONSO DA SILVA, 2002: 21).

Os indicadores dessa democracia participativa foram os atores dos diversos segmentos da sociedade presentes na II Comitê de Integração Fronteiriço. Ou seja, a democracia participativa não nega e nem enfraquece a democracia representativa; ela a complementa e a legitima. Realiza-se por diversos instrumentos de manifestação semidireta da vontade popular, na produção de decisões políticas gerais em prol da comunidade, através de mecanismos decisórios como são a iniciativa popular de leis, de emendas constitucionais populares, o referendo, o plebiscito, a revogação de mandatos, o veto legislativo popular, entre os mais conhecidos e utilizados instrumentos de sua prática, registrados na história do constitucionalismo. Desse modo compreende-se a partir do conceito de Democracia Participativa, cuja dimensões são a representatividade.

A democracia participativa não é só um método mais legítimo e às vezes útil nos regimes representativos em busca de participação e de legitimação. É um espírito público, uma vontade comunitária que os textos legais, sozinhos, não podem criar. É preciso o fomento de uma cultura democrática, de uma cultura de democracia participativa (SILVA, 2002, p3-31)

Acredita-se como educadora que esse problema vem se desenvolvendo ao longo do tempo devido a descontinuidade dos planos de educação, nas trocas de governos. SECCI (2016) afirma que uma ferramenta relevante é fazer uma análise de política pública a fim de buscar informações da realidade que cerca a situação problemática da política pública.

A atividade de análise de políticas públicas (policy analysis) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisórios de políticas públicas. O objetivo central dessa atividade é dar subsídios informativos para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público (SECCI, 2016, p.10)

No decorrer dessa análise constata-se que sempre, que não há uma continuidade nos planos de educação, nas trocas governamentais prejudica ao discente, como por exemplo foi a

extinção do PEIF. SECCI (2016, p.14):” Nos anos 2000, a divisão de campo entre correntes positivas(racionalistas) e pós-positivas (argumentativas) provocou o nascimento de comunidades epistêmicas separadas”. Essa análise que está sendo discorrida de cunho descritiva pretende descrever de forma sucinta respostas as indagações que foram surgindo durante o desenvolvimento das aulas práticas de Teoria e Análise de Política Pública I. Descrevia-se anteriormente em relação ao processo de avaliação utilizadas nas escolas pelo órgão governamental federal. utilizadas para fazer comparações entre as escolas e os seus resultados. Quando isso é feito está se utilizando-se da abordagem racionalista que conforme SECCI, 2016, p. 15:” A análise racionalista de política pública sempre buscou moldar o mundo político à lógica científica e técnica”. Um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º Ano do Ensino Fundamental. Porém analisou-se que o problema ainda persistiu. Os docentes tentam incentivar a leitura de os educandos, porém existem outros fatores externos, que não deixam a criança utilizar-se dos idiomas com fluidez por causa da falta de assiduidade, falta de fazer temas... A educação é direito garantido a todos e a inclusão deve ser feita e mantida até mesmo para que possam a aprender a aprender com a diversidade cultural e intelectual na sala de aula. Aí entra a interculturalidade, por mais que o discente incluído tenha dificuldades para aprender a ler ele é portador de uma história de vida, de superação a cada dia e que os colegas devem ter atitudes de alteridade para construírem as relações de interculturalidade, de amizade e de diálogo. Porque uns podem aprender com os outros, mas sempre no tempo de cada um e sendo respeitando na sua dificuldade. SECCI (2016, p. 15): “As análises argumentativas vieram para adaptar a produção do conhecimento de política pública à lógica política, para ganhar mais conhecimento útil, temporal e orientado para a ação”. Partindo-se desse entendimento que o autor aborda analisa-se que por parte da instituição escolar, são muitas tentativas de enfrentamento para solucionar o problema tais como: oferecer livros de Literatura Infantil e Infante Juvenil para ser lido na sala de aula, na biblioteca etc. Em sua obra ele argumenta

O trabalho de análise de política pública corresponde às fases iniciais do ciclo de política pública. A identificação do problema é geralmente feita pelos próprios grupos afetados, ou pelos meios de comunicação quando fazem denúncias de situações alarmantes ou de oportunidade de melhora, ou por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade pela causa. O trabalho de formação da agenda, ou seja, de propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores



de opinião, meios de comunicação, políticos, governantes), eleva o problema público a condição de merecedor de intervenção pública (SECCI, 2016, P. 28):

Conforme foi descrita a situação anterior por causa de outros fatores problemáticos externos influenciam no problema público o qual foca-se em analisar nesse instante. Averigua-se que há várias evidências de inação governamental, além da falta de disciplina escolar que atrapalha a melhoria do índice de aprendizagem linguístico na turma, na escola apresenta-se uma falta de uma equipe multidisciplinar, principalmente na rede estadual. Falta psicóloga, fonoaudióloga, especialista em outras áreas educacionais e até mesmo não tem é um recurso importante e necessário uma Assistente Social para acompanhar o discente na sua família para tentar solucionar os problemas que o educando apresenta na escola. Assim, (SECCI, 2016, p. 28) dialoga: “Se o analista de política pública recebeu a demanda de análise de política pública é porque um problema público foi identificado e entrou na agenda de algum ator político, seja ele o governante, o político...”. Necessita-se que sejam valorizadas as línguas fronteiriças, como por exemplo: para aprender uma segunda é imprescindível que a criança tenha o desejo de ler na sua língua materna e compreender os diferentes tipos textuais que lhe são ofertados na escola. A língua é um bem patrimonial, imaterial que carrega consigo as memórias afetivas já vivenciadas pelos povos que precederam nessa região fronteiriça. Sem a língua não teria com realizar uma comunicação de interculturalidade, que exige o respeito pelo outro e pela sua diversidade cultural.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procurar-se-á registrar uma recomendação técnica, conforme sugere o autor Secci, isto é, a relevante atitude técnica de analista. Afirma (SECCI, 2016, p.28) “A expectativa de alguém que solicita um trabalho de análise de políticas públicas é que lhe sejam entregues recomendações para a tomada de decisão. Estamos tratando da formulação de alternativas de políticas para enfrentamento de um problema identificado na agenda”. Após a realização do I Comitê de Integração Fronteiriça, realizado em 2018, em São Borja, seguiram alguns atores articulando e dialogando por meio de reuniões participativas algumas demandas de políticas públicas educacionais e culturais. No dia dezesseis de agosto de dois mil e dezenove ocorreu o II CIF- Comité de Integración Fronteriza em Santo Tomé/ Argentina. No Evento tiveram presentes diferentes segmentos de representatividade das duas nacionalidades brasileira e argentina tais como: a presença do Consulado em Paso de Los Libres, Consulado Argentina

Uruguayana, Rotary Club, docentes da UNIPAMPA, IFAR, UERGS, Secretário de Turismo de São Borja e outros.

Sendo que a Comissão de Educação e Turismo foi desmembrada no momento em dois grupos para uma melhor efetivação da democracia participativa. Assim, na Comissão de Educação participaram representantes das seguintes instituições UNIPAMPA; IFAR, UERGS; Rotary Club São Borja; Fundación Barcelo, UNNE, ISFD Jorge Luis Borges de acordo com a agenda acordada previamente, foram discutidos os siguientes temas entre outros: Insistir en el pedido del programa intercultural bilingüe desde el nivel Inicial Primario y Secundario entre las ciudades gemelas Santo Tome / São Borja y que fueron suspendidas, y que esta establecido en el art. 75 de la Constitución, que garantiza el derecho a una Educación Bilingüe e Intercultural. Se trabaja también la implementación del aprendizaje del español y del portugués en todas las escuelas de ambas ciudades, según lo establecido en el art. 36 del Tratado de Assuncion, que lhe declara idiomas oficiales. Llevar adelante las acciones para el reconocimiento y validación de títulos em ambos países. Crear un grupo de trabajo informal integrado por autoridades de las instituciones participantes para dar a conocer las actividades educativas a través de una comunicación fluida y constante. Líneas de financiamiento para investigación pesquisa em temas de interés fronterizo. Sugerencias para ser tratadas por outra comissão: Asi priorizar el libre peaje para docentes y estudiantes para transito vecinal; ubicación de peaje después de las ciudades gêmeas. Trabajar directrices/ diseños curriculares de las ciencias sociales, economía, geografía e historia ya que tenemos un pasado y regional compartido.

Também nesse mesmo dia foram tratados assuntos culturais em um outro comitê desmembrado daquele inicial de educação; no qual alimentaram mais os assuntos culturais de ambas as municipalidades ali presentes. Envolveram outros atores tais como Íbaro Rodrigues: Secretário Municipal da Cultura de São Borja/Br; Filomena Della Alvez professora Miembro de la Biblioteca Popular Benardino Rivadavia; Graciela Pinarello, Presidente Biblioteca Popular Benardino Rivadavia; Antonio Borges Barros Perkins, Diretor de Cultura de Santo Tome. En la oportunidad los integrantes han llegado a los siguientes acuerdos: Elaborar una agenda cultural y deportiva para ambas ciudades; confeccionar una calendario de actividades que incluyan eventos artísticos, culturales y deportivos en ambas ciudades; trabajar para la realización de un homenaje al Comandante Dn. Andrés Guacuraci, que en la vecina ciudad de San Borja se encuentran gestionando el dictado de una ley para imponer el nombre de ilustre

coterâneo al Puente Internacional de la Integración. Paseo de San Juan: la organización de este evento que tiene como finalidad recuperar y enriquecer el acervo cultural de ambas ciudades. Se implementaría un PASEO DE SAN JUAN, desde la ciudad de Encarnación, Paraguay y concluyendo en São Borja. Plazoleta San Juan del Hormiguero: Dentro de este âmbito, se propondrá la recuperación del valor histórico para ambas ciudades del antiguo Puerto Hormiguero, por médio de la realización de una Plazoleta que recuerde al antiguo Puerto por donde realizaba el comercio de la region desde 1840 y hasta la construcción del Puente Internacional de la Integración. Y también hacer una realización del intercambio musical: promover talleres de enseñanza, concursos y eventos relacionados com el folclore: samba y chamamé. Gestionar la facilitación del cruce de personas y materiales necessários para la realización de toda actividad cultural. Realizou-se uma pesquisa descritiva, com metodologia indutiva, ou seja, partiu da realidade, principalmente da municipalidade de São Borja/ RS, para construir dados concretos. Sendo que essa pesquisa realizada se encaixou melhor na análise, seguindo-se o ciclo de políticas que o autor Secci abordou na sua obra (2010). Cujo esse estudo foi mais voltado para pesquisa de políticas públicas educacionais e culturais. No qual foi mensurada as teorias e os modelos: um pouco de abordagem racionalista e a maior parte foi a utilização da abordagem argumentativa. Porque só poderá ser valorizado algo se os indivíduos tiveram conhecimento e o contato diário. A língua é um bem patrimonial, cuja sua legitimação é constitucional. É um direito de cada sujeito poder utilizar-se de forma oral ou escrita do seu idioma materno. Falar, contar as histórias pelas quais passou faz com o que possa refletir e sensibilizar-se com a situação. Essa sensibilização, empatia, alteridade e respeito a cada diversidade promove em si a interculturalidade.

Nesse terceiro milênio, na pós modernidade, abre-se um leque de possibilidades linguísticas, chega-se num momento de discursividade e de afirmação da promoção da diversidade linguística, com políticas de reconhecimento das línguas brasileiras e de fortalecimento de sua presença em variados âmbitos sociais, porém nesse teve por foco apenas o português e o espanhol, como línguas utilizadas na zona de fronteira para externar sua memória afetiva. E em relação a segunda língua, quanto menor a criança é melhor de obter conhecimentos linguístico, porque pode fazer um estudo comparativo ao traduzir. Aprendeu-se que em Santo Tomé, todas as escolas são provinciais atualmente, antes eram nacionais, mas utilizam como segunda língua o português na maioria das escolas. Sensibilizou-se muito com a importância, que os professores argentinos dão a utilização do plurilíngue e da

interculturalidade. Além disso, recomenda-se para uma melhoria educacional de que por parte do governo estadual, os pagamentos fossem pagos em dia para que o Profissional de Educação tivesse um maior incentivo para executar o seu trabalho de linguagens, com mais eficiência e eficácia. Porque alguns profissionais têm de trabalhar mais de 40h/a para suprir as suas necessidades básicas, ou seja, não tem dinheiro para pagar cursos de capacitação linguística, que pudessem aprimorar a sua docência e o planejamento educacional de linguagens. Não tem lazer pela falta de ônus, com “n” dificuldades em sala de aula e sem ajuda técnica para solucionar esse problema. Pagando em dia, o governo deveria exigir melhoria na área das linguagens. Entretanto em relação aos idiomas português e espanhol procuram aplicar aulas em algumas turmas do Ensino Fundamental a partir do 6º Ano. Segundo a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul o Art. 209: O Conselho Estadual de Educação assegurará ao sistema estadual de ensino flexibilidade técnico-pedagógico-administrativa, para o atendimento das peculiaridades socioculturais, econômicas ou outras específicas da comunidade. § 3.º O ensino da língua espanhola, de matrícula facultativa, constituirá disciplina obrigatória das escolas públicas de ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 74, de 19/12/18). Analisou-se que raras escolas estaduais, em São Borja, trabalham espanhol nos Anos Iniciais, com exceção daquelas que possuem o Programa de Escola de Tempo Integral na qual algumas oferecem a Atividade Complementar: Espanhol ou no Programa Mais Novo Educação, que oferta Oficina Pedagógica aplicando atividades de espanhol. Há uma carência de professores habilitados em Língua Espanhola, no município de São Borja.

Enquanto isso, os docentes efetivos da rede municipal recebem o Piso Nacional, tem horas para desenvolver o planejamento escolar, e quanto aos incluídos, além do AEE, a rede municipal de São Borja, isto é, a governança local municipal oferece ajuda aos docentes por meio do Centro de Atendimento Múltiplos (CAM). O qual oferece uma equipe multidisciplinar tais como: psicóloga, fonoaudióloga, assistente social, docente de Libras, de deficiência auditiva e de visual para atender aos portadores de necessidades especiais e terem uma melhor aprendizagem em sala de aula regular. Contavam algumas escolas municipais com o Programa Escuelas Interculturales de Fronteira, o qual já foi extinto (PEIF) por falta de recurso federal; o qual era um convênio feito com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), eram feitas o intercâmbio de professoras argentinas, lecionando espanhol na cidade são-borjense, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental enquanto docentes de São Borja iam a Santo Tomé para levar conhecimentos linguísticos de português, nas escolas de Nível Inicial Primário.

Portanto, esse estudo teórico foi voltado prioritariamente para uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e qualitativa. Na qual utilizou-se muito da abordagem argumentativa. Ao término desse percebeu-se que há necessidade de articular mais atores para envolver-se com interesse no Comitê de Educação, principalmente uma maior campanha de divulgação midiática da importância do patrimônio imaterial fronteiriço. Deve oferecer um incentivo para a troca de interculturalidade das cidades gêmeas São Borja e de Santo Tomé, porque ambas possuem algumas características comuns a sua identidade, tem resquícios missionários, ideia de pertencimentos, pessoas com duplas nacionalidade residentes nessa zona ribeirinha, possuem memórias afetivas dos tempos que praticavam o comércio formiga, dialogavam e iam tornando-se amigas ou criando graus de parentesco, demonstrando hibridismo e memórias afetivas vivenciadas no percurso fronteiriço pelas trocas de interculturalidade. Desse modo, a reativação do programa bilingue e intercultural na fronteira foi viável e poderia tornar-se uma realidade local novamente visto que em Porto Mauá e Foz do Iguaçu existem e muito ajudam no desenvolvimento intercultural e linguístico daquelas localidades.

Verificou-se também a falta de um maior número de docentes presentes no II Comitê Internacional Fronteiriço tanto pertencentes a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e de educadoras da rede estadual pertencentes a Coordenadoria de Educação (CRE) e respectivamente os Profissionais de Educação desses respectivos órgãos, por falta talvez de uma maior divulgação do Evento, ou pela dificuldade de mobilidade pela malha rodoviária deslocando-se de São Borja a Santo Tomé ou falta de entendimento da real importância. Falta instigar aos professores da rede privada sobre esse tema e representantes do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Cultura Municipal são-borjense. Seria viável convidar representantes da Biblioteca Municipal de São Borja, esses foram alguns dos atores que não estiveram presentes no Comitê de Educação e Cultura para enriquecer os diferentes segmentos da sociedade para poder ser ouvidos e opinar. Para que o problema seja solucionado carece de mais envolvimento e utilização de participação de representatividade desses outros atores, já pontuados anteriormente. A esperança era de que nesse ano como seria realizado em São Borja haveria uma maior participação dos atores institucionais, setoriais e do terceiro setor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas

Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1 a 6/94. -Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **PCN: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2004.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola: IPOL, 2007.

CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011.

FANJUL, Adrián Pablo; **Mirada glotopolítica sobre la integración regional**. In: CASTELA, Greice da Silva (orgs.). **Línguas, políticas e ensino na integração regional**. Cascavel: Gráfica Assoeste e Editora, 2011.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. **Política linguística: los contextos de la disciplina. Políticas Linguísticas para América Latina**. *Actas del Congreso Internacional*, 1997, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p. 13-24, 1999.

\_\_\_\_\_. **Política Linguística no Mercosul: a questão da integração científica e cultural**. In: **Percursos da memória: construção do imaginário nacional**. LEMOS, M.T.T.B. & BAHIA, L.H. Rio de Janeiro: Uerj, NUSEG, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 JAN.2001.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa; PINTO Muriel; COLVERO, **Ronaldo Bernardino**. **História Missioneira de São Borja. Métodos para o ensino do patrimônio cultural**, Câmara dos Vereadores, 2013.

RODRIGUES, Claudio Oraindi Rodrigues. **São Borja e sua História**. Coleção Tricentenário, 1982.

\_\_\_\_\_. Lei n.11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts 6º, 30, 32 e 87 da Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 DEZ.2003.

\_\_\_\_\_. Lei n.11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 DE FEV.

\_\_\_\_\_. Lei No. 5. 765 de 18 dezembro de 1971 relativo ao Formulário Ortográfico de 1943.

\_\_\_\_\_ Lei sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa (1990).

\_\_\_\_\_ Lei sobre o decreto 43/1991 de 23 de agosto que ratifica o acordo ortográfico da língua portuguesa.

\_\_\_\_\_ Lei No. 9.394 de 20 dezembro de 1996 que fixa as diretrizes e as bases da instrução nacional (LDB).

\_\_\_\_\_ Lei sobre o projeto de Lei Federal N°. 1676/1999 que se relaciona à promoção e à defesa da língua portuguesa.

\_\_\_\_\_ Lei sobre o projeto de Lei Federal N°. 4681 de 2001 que obriga a tradução, a dublagem e as legendas de filmes em português.

\_\_\_\_\_ Lei sobre a lei N°. 11.161/2005, que determina a implantação, de oferta obrigatória pelas escolas e de matrícula facultativa para os alunos, da disciplina de língua espanhola no ensino médio.

**MECYT & MEC. Programa Escolas Bilíngues de Fronteira: modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol.** Buenos Aires e Brasília: 2008.

**OLIVEIRA, G. M. Relatório da IV Reunião Bilateral do PEIBF.** Buenos Aires: IPOL, 2006.

\_\_\_\_\_ **Relatório da III Reunião Bilateral do PEIBF.** Buenos Aires: IPOL, 2006.

**OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas de administração.** 2011. 72f. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

**PINTO, Muriel. CARVALHO, Francine, ESPINDOLA, Rosicler de Sá. As Paisagens culturais como instrumento de Educação Patrimonial para as Missões jesuíticas – Guarani: O caso São Borja –Brasil.** Sér. Patrim. Cult. e Exten. Univ., n. 5, nov. 2014.

**ROMANOSWSKI, Joana Paulin. Formação e Profissionalização docente.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

**SECCI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

**SILVA, José Afonso da. O sistema representativo e a democracia semidireta: democracia participativa.** In: CONCHA CANTÚ, Hugo A. (Coord.). Sistema representativo y democracia semidirecta: memoria del VII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional. México: Unam, 2002. p. 3-31.

**WALSH, C.; GARCÍA, J. El pensar del emergente movimiento afroecuatoriano. Reflexiones (des)de un proceso.** In: MATO, D. (Org.). Estudios y otras prácticas

**intelectuales latinoamericanas en cultura y poder.** Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Universidad central de Venezuela, 2002. p. 317-326.

\_\_\_\_\_. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial- reflexiones latinoamericanas.** Quito: Abya-Yala, 2005. \_\_\_\_\_. **Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la ‘diferencia colonial.** In: WALSH, C. et al. Interculturalidad, descolonización del estado e del conocimiento. Buenos Aires: Signo, 2006. p. 21-70.

Revista:Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. Niterói, n. 32, p. 11-27, 1. sem. 2012.